

PARA ALÉM DA FRAGMENTAÇÃO DA GEOGRAFIA: O ENSINO DE GEOMORFOLOGIA COSTEIRA DE FORMA INTEGRADA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

BEYOND THE GEOGRAPHY FRAGMENTATION: THE TEACHING OF COASTAL GEOMORPHOLOGY INTEGRATED IN BASIC EDUCATION

Gabrielle Martins de Souza

Professora da Rede Estadual do município de Nova Iguaçu/RJ e Pós-Graduanda em Educação Básica - Geografia –
UERJ-FFP

gabysmce@hotmail.com

Josilene Ferreira de Farias

Pós-Graduanda em Educação Básica - Geografia – UERJ-FFP

josifarias@live.com

RESUMO

No início do século XVI começa a ocorrer a fragmentação das ciências, em que a geografia acaba por ser influenciada e passa a sofrer com a dicotomia de geografia física e humana. Entretanto, com advento dos anos 1970 e a renovação da geografia surge fortemente a necessidade de uma visão mais integrada de uma ciência geográfica que sustente uma visão global do homem e da natureza. Esse movimento busca descobrir novos caminhos, novas propostas, perguntando-se sobre o objeto, o método e o significado da geografia. Entretanto, essa discussão da dicotomia existente na geografia deve tomar novos rumos se considerarmos que a especialização é necessária para o desenvolvimento da ciência e para a formação profissional do geógrafo. Com isso, novas maneiras de se ver os estudos dos fenômenos naturais devem se constituir absorvendo as especializações e que estas sejam utilizadas integradas aos fenômenos humanos, visando uma melhor compreensão das práticas cotidianas. Diante disso, o Estado do Rio de Janeiro sendo um Estado litorâneo que teve sua ocupação organizada a partir de feições costeiras que continuam por influenciar ativamente na economia e na vida das pessoas, tem-se a necessidade de se trabalhar o conteúdo de geomorfologia costeira na educação básica, visto que este não é mencionado nem mesmo no currículo mínimo do estado do rio de Janeiro. Para tal investigação, foi feito levantamentos bibliográficos sobre o tema, análise do currículo mínimo da educação básica do Estado do Rio de Janeiro, reflexões embasadas em trabalhos anteriores, pautando-se na perspectiva do método dialético, afim de contrapor as ideias dos autores, buscando uma síntese sobre a discussão desta temática.

Palavras-Chave: Fragmentação das ciências. Ensino. Geomorfologia costeira

ABSTRACT

With the advent of the sixteenth century begins to occur the fragmentation of the sciences, where geography ends up being influenced and starts to suffer with the dichotomy of human and Physical geography. However, with the advent of the 1970 decade and the renewal of geography, emerges the strong necessity for a global vision of man and nature. This movement attempts to discover new ways, new proposals, that are inquiring about the object, the method and the importance of geography. At this point, this discussion of the dichotomy in geography, probably will take new directions if we think that the specializations are necessary for the development of science and the improvement of geographer academic training. Consequently, new ways of

looking at the studies of natural phenomenons must be constituted, bringing with itself that specializations need to exist and will be used integrated with the humans phenomenons, because only like this the everyday practices could be understood in his totality. Therefore, this article proposes a reflection on this issue and the fact that the scientific knowledge, in essence, must also be social knowledge, that is to the acess of everybody who wants. Thus, the State of Rio de Janeiro being a coastal State, and who had its ocupacion organized from characteristics of the coast and those who still influencing actively in the economy and the in the life of people, there is the necessity to teach this knowledge in basic education. For this purpose, was utilized the dialectical method beyond literature review on this subject, analyses of minimum curriculum of the State of Rio de Janeiro and reflections based on previous article.

Keywords: Fragmentation of science. Education. Geomorphology coast

INTRODUÇÃO

As Ciências modernas e a geografia há alguns anos vem sofrendo com a tendência de fragmentação ao extremo. Entretanto, este fenômeno traz algumas implicações, visto que a geografia na sua essência se caracteriza por ser uma ciência que visa estudar o homem e sua relação com o meio. Diante das diversas correntes metodológicas que se estruturaram, essa relação passou por algumas alterações, passando da fragmentação de seus conteúdos, para outro momento, em que surge uma visão de que a geografia deve ser estudada/ensinada de forma totalitária, em que as diversas especializações devem existir, mas se constituindo de forma interdisciplinar.

Havendo necessidade de superação desta dicotomia entre geografia física e humana no ensino escolar básico, o presente trabalho coloca em questão a necessidade de serem discutidos alguns conceitos da geomorfologia costeira que até o presente momento não são contemplados na educação básica. Ressalta-se, que apesar de esbarrar na contradição do processo de ocupação do Estado do Rio de Janeiro ter se dado prioritariamente pelo litoral e até o presente momento as atividades econômicas/urbanas desenvolvidas serem ligadas/orientadas pelo ambiente costeiro, muitos fenômenos de erosão e destruição de ecossistemas litorâneos ocorrem pela falta de conhecimento da população da importância que este ambiente possui na escala estadual e até mesmo nacional.

Para desenvolvimento deste trabalho, foi utilizado o método dialético, sendo presentes levantamentos bibliográficos sobre a temática, análise do currículo mínimo da educação básica do estado do Rio de Janeiro e reflexões embasadas em trabalhos desenvolvidos anteriormente.

PARA ALÉM DA FRAGMENTAÇÃO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

A fragmentação da geografia em “humana” e “física” e destas em outras áreas, como por exemplo, no caso da segunda em Geomorfologia costeira, Geomorfologia continental, Climatologia, Pedologia, entre outros é resultado de um processo por qual todas as áreas da ciência passam. Segundo Santos (2008) essa fragmentação é característica da ciência moderna que surge a partir da revolução científica do século XVI e foi sendo ampliada nos séculos seguintes. Sendo trazida para dentro da ciência através da corrente positivista, a qual segundo Santos a natureza passa a ser vista como algo a ser utilizado pelo homem.

É total a separação entre a natureza e o ser humano. A natureza é tão-só extensão e movimento; é passiva, eterna e reversível, mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob a forma de leis; não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes activo, já que visa conhecer a natureza para a dominar e controlar. (SANTOS, 2008:25)

Hartshorne (1936) ao analisar esse fenômeno coloca que essa compartimentação entre homem e natureza a qual a geografia ficou exposta, em um primeiro momento pode ser considerado como uma novidade na maneira de se enxergar e produzir geografia. Mas foi resultado do desenvolvimento principalmente das ciências naturais no século XIX, em que as ciências sociais deveriam mostrar validade de suas doutrinas, e isto só seria alcançado através da subordinação destas as ciências naturais. Para isso o autor cunha o termo “natureza menos o homem” em que um poderia ser analisado independentemente do outro. E ao trazer isto, para dentro da geografia, percebe-se que as conseqüências foram inúmeras, pois nesse campo as diversas variáveis da realidade classificadas como naturais e humanas se relacionavam de maneira mais próxima.

Trazendo assim, algumas defasagens nas pesquisas geográficas já que a ciência geográfica será influenciada a tratar questões humanas e naturais de forma separada como se o homem não fizesse parte da natureza e as práticas sociais deste não interferissem na dinâmica natural. Pois analisando a concepção de geografia desenvolvida por este autor tem-se que a geografia deve analisar os fenômenos naturais e físicos e suas especializações em sua complexidade de forma a ver a relação existente entre eles, gerando um conhecimento unitário. Além disto, a ciência moderna vai considerar que o mundo é muito complexo e para o seu entendimento “perfeito”

deveria ser dividido e classificado para depois serem feitas relações entre os fenômenos estudados separadamente (SANTOS, 2008).

Em decorrência disso, surgem as grandes especializações dentro da geografia. Em que cada vez mais pesquisadores estudam pequenos fenômenos na tentativa de uma maior compreensão, gerando a sensação de que quanto mais se estuda especificamente um fenômeno, menos se sabe sobre o que ocorre a sua volta. A geomorfologia Costeira surge nesse contexto e tem por objetivo a análise dos processos químicos, físicos e orgânicos que atuam no ambiente costeiro.

Entretanto, com o advento da renovação da geografia, surge a necessidade de uma visão mais integrada de uma ciência geográfica que sustente uma visão global do homem e da natureza. Esse movimento busca descobrir novos caminhos, novas propostas, perguntando-se sobre o objeto, o método e o significado da geografia (MORAES, 1995). Barbosa (2006) coloca que essa nova forma de se fazer geografia surge como resposta à metodologia neopositivista. E Moraes complementa dizendo que

A crise da Geografia Tradicional, e o movimento de renovação a ela associado, começam a se manifestar já em meados da década de cinquenta e se desenvolvem aceleradamente nos anos posteriores. A década de sessenta encontra as incertezas e os questionamentos difundidos por vários pontos. A partir de 1970, a Geografia Tradicional está definitivamente enterrada (MORAES, 1995:34).

Vale ressaltar que já em Hartshorne (1936), existem reflexões contra essa diferenciação de áreas. Este que escreve em momento anterior a década de 70, a qual foi considerada por Moraes (1995) como período do surgimento da corrente crítica da geografia, propõem algumas objeções a esta dicotomia. O autor considera que levando em conta que o papel da geografia seja analisar as relações entre os diversos fatores que em conjunto constituem a realidade, essa insistência em distinguir entre fatores humanos e naturais introduz elementos que são desfavoráveis ao progresso dos estudos geográficos (HARTSHORNE, 1936).

Mas, essa renovação num primeiro momento gerou uma inversão de valores, pois se antes as ciências naturais tinham uma maior importância, esta modificação tentará uma maior visualização do elemento humano sobre o elemento natural (geografia humana sobre a geografia física). Para posteriormente autores como Suetergaray e Nunes (2001) colocarem que é necessária uma nova forma de aprender os fenômenos naturais, esta agora onde estes interajam

entre si e com os fenômenos sociais e não tenham ordens de importância. De forma que essa interação não deve romper com as especializações, estas devem existir, pois é importante para o geógrafo desenvolver seu trabalho enquanto pesquisador e/ou professor.

Diante disso, vale ressaltar que análises específicas nas áreas da dita “geografia física” assumem uma grande importância, pois se tem hoje uma grande deterioração da natureza. E é neste contexto que tanto a geografia quanto às áreas que dão suporte às análises geográficas (Biogeografia, Geomorfologia Costeira,...) também estão sendo reformuladas (Suetergaray e Nunes, 2001:6). Todavia, estas novas maneiras de olhar as relações homem-natureza devem ter em si um eixo norteador que é o homem e suas relações espaciais, pois estudar a geomorfologia costeira por seu caráter físico, pura e simplesmente, significa desprezar vários aspectos que afetam diretamente a sociedade. Em relação a isso, Silva aponta que

[...] a discussão da dicotomia existente na geografia poderia tomar novos rumos se assumíssemos que: a) a especialização é necessária para o desenvolvimento dessa ciência; b) o geógrafo precisa manter a visão global do objeto de estudo, supostamente conquistada na sua formação inicial, mesmo depois da especialização” (SILVA,s.d:3.).

Com vistas a uma abordagem mais crítica e diante de uma crescente discussão sobre a temática ambiental, Santos (2005) propõe que as ciências, a geografia e suas especificações devem realizar uma revisão de suas teorias e práticas visando uma compreensão mais totalizante da realidade, através de um legítimo trabalho interdisciplinar. Além disso, cabe dizer que a superação da dicotomia geografia física versus geografia humana não quer dizer abandono das questões naturais pela geografia, visto que este conhecimento da natureza sempre esteve presente na preocupação analítica dos geógrafos (SUETERGARAY e NUNES, 2001:6).

A partir destas reflexões, alguns estudos referentes a modificações de algumas praias em ambientes urbanos, por exemplo, só terão sentido se vinculados às práticas sociais dos indivíduos, pois muitos deles ocorrem devido a modificações humanas. Como é o caso das obras de revitalização realizadas na Praia da Brisa no estado do Rio de Janeiro em que a forma e a granulometria da praia foram modificados (SOUZA, 2011).

Souza (2011) realiza em seus estudos uma tentativa de compreender as modificações que foram realizadas na morfologia e na granulometria da área analisada, tal pesquisa teve objetivo observar as obras de revitalização da praia da Brisa que mascarava o processo de sedimentação que vinha ocorrendo na região. Para isso, a autora demonstra que foi colocada nova faixa de

areia, construídos enrocamentos, calçadões, píeres e quadras de vôlei de na localidade. Entretanto, nenhuma destas intervenções resolveu o problema, pois se trata de uma dinâmica natural de fundo da baía. A baía de Sepetiba se caracteriza por ser um ambiente de baixa energia das ondas e a proximidade da foz de alguns rios que transportam muitos sedimentos provenientes da não preservação de suas margens, acaba sendo local de preferência para acúmulo de sedimentos lamosos e desenvolvimento de vegetação de manguezal (figura 1). E neste caso, a população por não ter conhecimentos referentes a este conteúdo aprovou a obra que só serviu para embelezamento (SOUZA, 2011).

A figura 1 retrata a obra que foi realizada, demonstrando que a areia da praia foi retelinizada e píeres foram construídos (2010), entretanto, nota-se que se comparada as imagens o processo de sedimentação no ano de 2010 continuou acontecendo, podendo ser observado pela diferente coloração cinza clara – cinza escura. Na qual a segunda se refere aos sedimentos lamosos.

Figura 1 – Modificações na praia da Brisa
Fonte: SOUZA, 2011



Notando-se assim que estudos especializados focados em não interagir com a dinâmica social acabam sendo ineficazes, pois entendem a dinâmica natural de tal fenômeno, mas acabam por não ter significado perante aos sujeitos. O que no caso do trabalho de Souza (2011) pode ser percebido é que a população acreditava que a obra iria trazer melhorias na dinâmica da praia. Mostrando que na verdade devido a uma falta de conhecimentos sobre a dinâmica costeira os

moradores ainda se questionam quando será realizada a limpeza da praia, ignorando assim a questão natural.

Santos (2008) enfatiza que “todo o conhecimento científico-natural como científico-social”, ou seja, todo conhecimento que é realizado em ambientes acadêmicos por mais especializados que sejam, devem ser transpostos para que a sociedade em geral possa se apropriar deles. Logo, os conhecimentos desenvolvidos em geomorfologia costeira diante deste argumento e da reflexão sobre as dinâmicas ambientais baseadas na prática social, deveriam estar à disposição da sociedade como um todo. Papel este que fica relegado ao ensino da geografia escolar, pois é este que irá realizar a transposição dos conteúdos científicos gerados na academia, para conteúdos que venha a prover uma aprendizagem significativa.

Para tal, nesta próxima parte do artigo inicia-se uma reflexão sobre alguns conceitos referentes a geomorfologia costeira, além de ser realizado um pequeno histórico da ocupação do Rio de Janeiro e sua relação com as feições costeiras. Isto será feito não no intuito de possibilitar uma apreensão compartimentada, mas na relação que esta ciência possui com as práticas sociais dos indivíduos. Principalmente, por ser uma disciplina que faz parte da geografia que tem por finalidade a apreensão do espaço geográfico e sua relação com o homem. Este sendo entendido não com uma visão positivista em que era passível de ser matematizado o qual via a natureza como recurso a ser explorado. Mas sim, como fazendo parte da natureza em uma relação dialética, em que a modificação do ambiente natural altera o homem e vice versa.

FEIÇÕES COSTEIRAS E A OCUPAÇÃO DO RIO DE JANEIRO: O CASO DA BAÍA DE GUANABARA

Além da questão levantada por Santos (2008) em que todo conhecimento deve ser social, é válido que seja questionado, quais conteúdos os estudantes devem ter acesso? Nesse caso, o Rio de Janeiro por ser um estado que possui 92 municípios com extensão de 43.780,172 km² e 27 destes estarem no litoral com uma extensão de 16.439.812 km² representando aproximadamente 38% do território total do Estado (IBGE, 2010). Nestes moldes, possui ligação estreita da sua organização econômica e urbana com as dinâmicas litorâneas desde a sua constituição em que as feições costeiras foram determinantes para a ocupação do solo urbano.

O início da ocupação do território do Rio de Janeiro e do Brasil como um todo, se iniciou nas regiões litorâneas. No Estado do Rio de Janeiro a Baía de Guanabara foi de extrema importância, pois possibilitou o desenvolvimento e povoamento por parte dos portugueses.

Foi graças à Baía de Guanabara que os portugueses que aqui chegaram encontraram condições propícias para criar um povoamento e desenvolver funções econômicas que garantissem vitalidade ao futuro núcleo metropolitano. Sua rede hidrográfica era suficientemente grande para abrigar um porto natural variada o bastante para permitir a penetração dos colonizadores para além da faixa costeira (COELHO, 2007:17).

No ano de 1565 foi fundada a cidade de São Sebastião, futura Rio de Janeiro. Nesta época o mar invadia a planície e a parte habitável se resumia aos pequenos morros existentes. Desde períodos anteriores os indígenas que habitavam a orla marítima construía suas aldeias nas pequenas áreas elevadas (TEIXEIRA FILHO, 1975 apud AMADOR, 1992). Demonstrando que as feições costeiras encontradas, tais como: manguezais, lagoas costeiras, foz dos rios determinavam os locais aonde a população iria se instalar.

Entretanto, esta ocupação se dará inicialmente visando o domínio e a defesa da Baía de Guanabara que em momentos anteriores havia servido de palco de disputas entre franceses e portugueses. Mas, este sítio não era propício para a constituição de uma cidade permanente, devido às condições naturais da área costeira. No final do século XVI, e com o crescimento da população, esta não se sustenta mais no topo dos pequenos morros, passando a ocupar as regiões de baixadas e as áreas costeiras sendo modificadas na tentativa de deixarem de ser um obstáculo a urbanização.

No século XVII, a função defensiva da então cidade desenvolvida no entorno da baía de Guanabara, Portugal passaria a ter o interesse de promover a ocupação efetiva através da monocultura do açúcar. Esta se daria mais para o interior, com a Guanabara servindo de porto para o escoamento da produção através dos rios (AMADOR, 1992). Entretanto, neste período a população se concentrava no entorno do eixo principal que era a Baía de Guanabara e no século seguinte surgiram outras cidades privilegiadas por serem zonas litorâneas possíveis de escoarem a produção, sendo estas Angra dos Reis, Parati, Cabo Frio, São João da Barra, Campos dos Goytacazes e Duque Caxias (LIMONAD, 1996). Destas novas cidades somente a de Cabo frio surge com “o status de cidade para proteger a área contra os franceses”, o restante tem por objetivo ser entrepostos comerciais, ou seja, cidades portuárias (LIMONAD, 1996: 78). Com isso, a função portuária do Rio de Janeiro começaria a se consolidar. Já no século XVIII, período

do desenvolvimento da mineração e do café, a função de escoadoura da produção conferida a enseada da Guanabara será intensificada e Amador pondera a esse respeito que

A posição estratégica da cidade e seu porto, em relação ao planalto onde vai dar-se o ciclo da mineração, fator que é conferido pela baía e seus rios navegáveis, será responsável pelo fortalecimento da função portuária e comercial, por um acentuado aumento de população e conseqüente expansão urbana, que se dará à custa de aterros dos lagos, brejos, manguezais e avanços sobre as águas da baía (AMADOR, 1992:220).

Com isso, inúmeras modificações são realizadas como na área central onde diversos aterros irão dar origem a Praça XV. E a zona conhecida atualmente como região portuária que era um acidentado litoral, dominado por enseadas, pontões, ilhas e falésias que acaba sendo retilinizada devido sua localização ser privilegiada, pois era uma enseada abrigada que facilitava a atracação de navios. Todavia, é no período 1930-1992 que estas alterações terão maior repercussão, visto que se inicia o processo de industrialização juntamente com a aceleração da urbanização, maiores alterações físico-químicas ocorrem na Baía de Guanabara. Para exemplificar este processo Amador menciona o Projeto-Rio que é datado da década de 60 e previa:

- Aterro de mangues numa extensão de 23 Km² da orla da Baía;
- Construção da linha vermelha;
- Duplicação da Avenida Brasil;
- Eliminação da Praia de Ramos, dentre outros.

A primeira medida acarretou ainda mais na perda de área utilizada para reprodução de diversas espécies marinhas que se utilizam dos manguezais no período de desova, alterando o balanço da fauna. A segunda terceira e quartas medidas acarretaram na modificação da orla, causando uma retificação que iria transformar áreas de manguezais e praias em um enorme cais portuário.

Notando-se que no caso do Rio de Janeiro a Baía de Guanabara possui vital importância para o processo de urbanização e dinamização da economia desde a sua ocupação, até os dias atuais. Atualmente, outras feições costeiras como a Baía de Sepetiba vem passando por um processo de degradação com instalação de inúmeras indústrias no seu entorno. Além de outras

localidades, como é o caso da Barra da Tijuca que anteriormente era uma região de restinga e hoje em dia possui pouquíssimas características deste passado. No caso da Guanabara, Amador coloca que

As terríveis agressões ao meio ambiente,..., com a destruição, em curto tempo, dos ecossistemas periféricos da baía de Guanabara, não tardariam a ter reflexos na baía, e na própria vida urbana, que precisaria conviver com enchentes periódicas,..., que tem suas origens justamente na eliminação dos ecossistemas que tinham função natural de dissipar as cheias (AMADOR, 1992:223).

A partir deste pequeno histórico, percebe-se que o crescimento do Estado do Rio de Janeiro tem seu surgimento/desenvolvimento completamente ligado a área costeira. Levando em consideração a importância da Baía de Guanabara para o processo de ocupação do Rio de Janeiro, que é uma área que possui feições costeiras complexas compostas primitivamente por brejos, pântanos, manguezais e lagoas. As quais “ditaram” o processo de urbanização sendo necessário o desenvolvimento de conhecimentos para que fosse possível o aterro de áreas alagadas, dentre outros. Sendo assim, de vital importância para a população o conhecimento de alguns conceitos da geomorfologia costeira e da importância histórica no processo de ocupação para que a população compreenda a dinâmica destes ambientes e sua importância na contenção de alguns desastres ambientais. Além de orientar as práticas cotidianas dos sujeitos.

O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A falta de conhecimento sobre a dinâmica costeira pela população é resultado de um jogo de forças em que na constituição do currículo básico, este conteúdo fica ausente do ensino na educação básica. Segundo Apple (1997) os conhecimentos veiculados no currículo de geografia das escolas básicas são resultado de embates por grupos que detém o poder e pelos movimentos sociais, neste caso, ambos tentando tornar seus conhecimentos legítimos. Todavia, esta batalha é muitas vezes “covarde”, pois quem geralmente domina essa escolha é quem possui poder, sendo assim, os conteúdos trabalhados na educação básica muitas vezes não englobam conhecimentos que sejam vinculados as práticas dos alunos.

Neste sentido, para construir uma aprendizagem significativa, no qual os conteúdos a serem ministrados no currículo mínimo devem ter relação com as práticas cotidianas dos alunos e no caso do Estado do Rio de Janeiro em que 38% do seu território se concentra em área

litorânea a apreensão de conteúdos referentes a geomorfologia costeira deveria ser presente por dois motivos. Primeiro, o Estado do Rio de Janeiro apresenta inúmeras feições litorâneas, as quais muitas estão sofrendo erosão, poluição e outras que são utilizadas intensamente como forma de lazer. O segundo, se refere ao fato de que se a geografia deve ser o estudo da interação entre os fenômenos físicos e humanos, esse conteúdo deve ser apresentado em conjunto com outras informações.

Castrogiovanni et al (2007: 19) coloca que “a geografia deve se pautar, portanto na compreensão dos processos” e que “ensinar geografia é, portanto, analisar historicamente o Espaço Geográfico”, o que no caso do Rio de Janeiro, perpassa pela ocupação das áreas litorâneas e sua degradação. Partindo da apreensão de alguns conteúdos que não estão sendo ministrados no currículo mínimo de geografia.

De acordo com Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC, 2012) a finalidade do currículo mínimo é orientar os itens que não podem faltar em cada disciplina. Devendo garantir um conteúdo básico comum a todos que estiverem nesta etapa de ensino-aprendizagem, pautadas nas legislações vigentes, Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, mas também nas matrizes de referência dos principais exames nacionais e estaduais. Sendo assim, o professor acaba não possuindo muito espaço para propor novas formas de ensinar-aprender alguns conteúdos. Não podendo esquecer também que a política do currículo mínimo é uma forma de dominação através da imposição de ideias e práticas de forma não democráticas. Pois, o professor acaba tendo de segui-lo, pois será avaliado a partir das provas do SAERJ e SAERJINHO. Mas deve-se lembrar que esta questão não é estável, deixando algumas brechas da onde surgem movimentos contra-hegemônicos que questionam essa lógica. (APPLE, 1997).

Ensino Fundamental	
séries	Conteúdos
	Conhecendo o espaço geográfico. Alfabetização cartográfica
6º ano	Dinâmicas naturais e suas interações Relação homem natureza As paisagens naturais brasileiras Organização político-administrativa e divisão regional do Brasil.
7º ano	Sociedade e cultura no Brasil As bases econômicas da organização social brasileira A globalização: integração e persistência das desigualdades
8º ano	O continente americano e sua diversidade As transformações espaciais na América Latina A integração territorial nas Américas África: formação socioespacial e a diversidade
9º ano	A organização do espaço europeu e suas particularidades O potencial econômico, cultural e socioambiental do continente asiático Orientes médio e Oceania: dinâmicas territoriais e diferenças socioculturais

Quadro 1 – Currículo mínimo para o ensino fundamental, Fonte: SEEDUC, 2012

A partir daí, se analisarmos o currículo mínimo do Estado do Rio de Janeiro para 2012, o ensino fundamental deve se estruturar de acordo com a quadro 1, em que em nenhum momento o ensino dos conteúdos se refere diretamente aos conhecimentos do Rio de Janeiro. Entretanto, no 6º ano ao trabalhar a relação homem-natureza o professor pode adaptar o conteúdo trabalhando as feições costeiras, sua ocupação por atividades econômicas, lazer, habitação e a relação disso com as práticas cotidianas. Já no 7º ano o conteúdo referente às bases econômicas da organização social brasileira, o professor pode relacionar com a história da ocupação do Rio de Janeiro e a dinâmica costeira, visto que a economia brasileira começa a se desenvolver intensamente com forte presença no Estado do Rio de Janeiro.

Ensino médio	
Séries/contenúdos	
1ª série	1º – Representações gráficas e cartográficas
	2º – A dinâmica climática e os biomas
	3º – Dinâmica ambiental: as transformações do relevo e as bacias hidrográficas
	4º – A questão ambiental
2ª série	1º – Globalização e blocos econômicos
	2º – Urbanização mundial e brasileira
	3º – O espaço agrário no mundo e no Brasil
	4º – O estudo da população: crescimento, estrutura e migrações
3ª série	1º – A indústria e seus diferentes processos de organização espacial
	2º – As redes e o Brasil no contexto atual
	3º – A questão energética no mundo contemporâneo
	4º – O Rio de Janeiro o contexto regional – dimensões política, econômica, ambiental e sociocultural

Quadro 2 – Currículo mínimo para ensino médio, Fonte: SEEDUC, 2012

De acordo com o quadro 2 os conteúdos do ensino médio abrangem a temática do Rio de Janeiro, mas numa perspectiva política, econômica, ambiental e sociocultural. Com isso, o professor pode integrar estes conteúdos, entretanto não possui explícito que a temática costeira deverá ser mencionada. Mas considerando que o processo de ocupação do estado do Rio de Janeiro tem relação com as feições costeiras que orientaram a urbanização e o desenvolvimento econômico, o professor pode ter como ponto de partida os conceitos geomorfológicos na tentativa de demonstrar a importância destes para a organização do Rio de Janeiro. Além disso, através de uma aprendizagem que tenha significado no cotidiano dos alunos, estes passarão a compreender dinâmicas como a de uma praia e entender que construções em ambiente praiado, como calçadões, residências podem ocasionar um grande processo erosivo. Evitando assim, futuramente nossos processos erosivos e ocasionando futuramente modificações na forma de pensar os ambientes costeiros, que são extremamente dinâmicos e necessitam ter seus limites respeitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões permitiram revelar que o processo de fragmentação das ciências influenciou diversas áreas do conhecimento, inclusive a Geografia, que passa a desenvolver estudos sobre natureza desvinculado das análises de sociedade (economia e população). Demonstrando que o ensino de Geografia perpassou por inúmeros momentos que se confundem e se fundem com a própria história do pensamento geográfico e que, inclusive, o percurso percorrido entre ambos justificou muitas práticas pedagógicas implantadas na escola. Assim, esse processo no âmbito escolar acaba gerando conteúdos estanques, ou seja, isolados e sem nexos entre si, dificultando a relação dialética existente entre o processo de ensino-aprendizagem. Mas é importante colocar que a escola possui seu próprio movimento que deve ser respeitado, e por sua vez, através dele pensar formas que retirem o aluno do estado de “sonambulismo” em que caminham pela cidade sem se reconhecer dentro de seus espaços (LACOSTE, 2001).

Entretanto, já foi identificado que a Geografia e principalmente na esfera escolar possui um forte papel ideológico e de controle social. Com isso, o fato de conteúdos referentes a importância do litoral e toda a sua dinâmica para a constituição do Rio de Janeiro enquanto metrópole nacional não serem trabalhados na educação básica, pode ser interpretado como uma tentativa da formação de cidadãos cariocas acríticos. Visto que, estes não conhecem o próprio processo de formação do Rio de Janeiro de forma integrada, gerando desta forma algumas

deformações na relação sociedade-natureza, como o próprio processo de destruição ambiental de diversas áreas litorâneas.

Todavia, esta lógica é possível de ser alterada já que natureza e sociedade são partes de um todo que se desenvolvem em simbiose, em que um não existe sem o outro e muito menos sofre alteração de forma isolada. Diante disso, uma reformulação do currículo de Geografia na educação básica seria necessária visando uma articulação maior entre os conteúdos sociais e naturais, principalmente no Estado do Rio de Janeiro em que o desenvolvimento econômico, urbano e social está intimamente ligado a destruição e manutenção de feições costeiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADOR, E. **Baía de Guanabara: um balanço histórico**. In: Abreu, M. *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

APPLE, M. **Conhecimento oficial**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BARBOSA, T. **O conceito de natureza e análises dos livros didáticos de geografia**. Presidente Prudente: Unesp, 2006.

CASTROGIOVANNI, A.C. (org.); SUETERGARAY, M.R.; CÂMARA, M.A.; LUZ, R.R.S.; **Ensino de geografia: caminhos e encantos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

COELHO, V. **Baía de Guanabara: uma história de agressão ambiental**. RJ: Casa da palavra, 2007.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo, Hucitec (trad.1966), 1936.

LACOSTE, Y. **Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 2001.

LIMONAD, E. **Os lugares da urbanização: O caso do interior fluminense**. Tese (Doutorado em estruturas ambientais urbanas) – Faculdade de arquitetura e urbanismo.SP: USP, 1996.

MORAES, A.C. R. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo, Hucitec, 1995.

NUNES, J. O. R.; SUETERGARAY, D. M. A. **A Natureza da Geografia Física na Geografia**. São Paulo: Terra Livre - AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros. N. 17, p. 11 – 24. 2º semestre/ 2001.

SANTOS, M. **A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar**. GeoTextos, vol. 1, n. 1, Pg.139-151. 2005.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

SEEDUC. **Currículo Mínimo de geografia**. 2012.

SILVA, S.H.P. **Geografia física e geografia humana: uma dicotomia a ser superada?**
Disponível em <www.outrostempos.uema.br> Acesso em 28/06/2012.

SOUZA, G.M. **Caracterização geográfica-geomorfológica da praia da Brisa – Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro**. Monografia de graduação – Departamento de geografia. São Gonçalo: FFP, 2011.

Estados – Rio de Janeiro – disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rj>>
acessado em 28/06/2012.

Recebido para publicação em 11/06/2012

Aceito para publicação em 17/09/2012